

Experiências juvenis de *millennials* e jovens vulneráveis: o discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos desiguais

Luana Motta* 

Aline Pires* 

Resumo

Este texto discute como referenciais de mundo hegemônicos na sociedade contemporânea – individualismo, responsabilização do sujeito, meritocracia e conduta empreendedora – atravessam os esforços de governo de jovens em situações sociais muito distintas, ao mesmo tempo que produzem efeitos muito diversos sobre eles. Nesse sentido, destacamos como a noção de *protagonismo juvenil* materializa e alimenta a idealização de uma representação hegemônica de juventude, entendida, simultaneamente, como problema e como solução das questões sociais e econômicas de nosso tempo. Partimos de dois contextos empíricos distintos: o ambiente de *startups* do setor da tecnologia e o de projetos sociais destinados a jovens de periferias. A partir destes casos, buscamos apresentar e problematizar os elementos comuns que atravessam a experiência juvenil contemporânea, forjando subjetividades e produzindo formas de governo que assumem configurações muito diversas em relação a esses dois grupos. A análise cruzada destas experiências também revela como essa lógica se materializa em categorias relativas à juventude, como *millennials* ou *juventude vulnerável*, as quais, ainda que idealizadas, produzem realidade e efeitos muito concretos nos modos de governo e nas experiências juvenis. A pesquisa sobre profissionais de tecnologia em *startups* foi realizada a partir de entrevistas e observação em espaços de trabalho e a pesquisa de projetos sociais foi conduzida a partir de etnografia da rotina desses espaços.

Palavras-chave: experiências juvenis, *protagonismo juvenil*, desigualdade, *millennials*, *juventude vulnerável*.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Youth experiences of millennials and vulnerable young people: the discourse of youth protagonism and its unequal effects

Abstract

This text discusses how hegemonic world references in contemporary society – individualism, subject accountability, meritocracy and entrepreneurial conduct – permeate the experiences of young people in very different social situations, while producing very different effects on them. In this sense, we highlight how the notion of youth protagonism materializes and feeds the idealization of a hegemonic representation of youth, understood simultaneously as a problem and a solution to the social and economic issues of our time. We started from two different empirical contexts: young technology professionals in startups and social projects aimed at young people from the periphery. Based on these cases, we seek to present and problematize the common elements that shape the contemporary youth experience, forging subjectivities and producing forms of government that take on very different configurations in relation to these two groups. The cross-analysis of these experiences also reveals how this logic materializes in categories relating to youth, such as millennials or vulnerable youth, which, although idealized, produce reality and very concrete effects in the modes of government and youth experiences. The research on technology professionals in startups was based on interviews and observation in workspaces, and the research on social projects was based on ethnography of the routine in these spaces.

Keywords: youth experiences; youth protagonism; inequality; millennials; vulnerable youth.

Experiencias juveniles de millennials y jóvenes vulnerables: el discurso del protagonismo juvenil y sus efectos desiguales

Resumen

Este texto discute cómo las referencias hegemónicas del mundo en la sociedad contemporánea - individualismo, responsabilidad del sujeto, meritocracia y conducta emprendedora - impregnan las experiencias de los jóvenes en situaciones sociales muy diferentes, al tiempo que producen efectos muy distintos en ellos. En este sentido, destacamos cómo la noción de protagonismo juvenil materializa y alimenta la idealización de una representación hegemónica de la juventud, entendida simultáneamente como problema y solución a las cuestiones sociales y económicas de nuestro tiempo. Partimos de dos contextos empíricos diferentes: jóvenes profesionales de la tecnología en startups y proyectos sociales dirigidos a jóvenes de la periferia. A partir de estos casos, buscamos presentar y problematizar los elementos comunes que configuran la experiencia juvenil contemporánea, forjando subjetividades y produciendo formas de gobierno que adquieren configuraciones muy diferentes en relación a estos dos colectivos. El análisis cruzado de estas experiencias revela también cómo esta lógica se materializa en categorías relativas a la juventud, como *millennials* o jóvenes vulnerables, que, aunque idealizadas, producen realidades y efectos muy concretos en los modos de gobierno y en las experiencias juveniles. La investigación sobre profesionales de tecnología en startups se basó en entrevistas y observación en espacios de trabajo, y la investigación sobre proyectos sociales se basó en la etnografía de la rutina en estos espacios.

Palabras clave: experiencias juveniles; protagonismo juvenil; desigualdad; *millennials*; vulnerables

Introdução

“Such large numbers of young people living in developing countries present great opportunities, but also risks”.¹ Este foi o comentário de François Bourguignon, economista chefe do Banco Mundial, sobre o Relatório para o Desenvolvimento Mundial *Next Generation*, de 2007. Seja como livres e transformadores, como desocupados, delinquentes e apáticos ou, ainda, como criativos e cheios de energia, os jovens sempre foram motivo de atenção social – e aqueles pertencentes a certos grupos sociais motivo de preocupação social (Novaes, 2009; Peralva, 1997). Entretanto, essa diversidade de representações sobre a juventude ganha contornos específicos a partir dos anos 1980, quando essa parcela da população passa a figurar na agenda política internacional, sendo diretamente vinculada aos desafios para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países pobres ou em desenvolvimento. A ideia de *protagonismo juvenil* materializa e alimenta a idealização dessa representação hegemônica de juventude, entendida simultaneamente como problema e como solução das questões sociais e econômicas, no âmbito individual e coletivo.

Estamos diante de uma espécie de narrativa gêmea (Rangel, 2019) em que os jovens têm sido responsabilizados pelos problemas sociais e, exatamente por isso, convocados a serem a solução, por serem vistos como criativos, versáteis, móveis, imediatistas, proativos e aptos a lidar com novas tecnologias. E por que, na atualidade, dentre as diversas representações sobre a juventude, é esta a que adquire um sentido positivo e se torna referência para definir todos aqueles que pertencem a esta faixa etária? A valorização dessas características converge com as transformações políticas, sociais e econômicas que temos experimentado nas últimas quatro décadas, ligadas especialmente à consolidação de uma racionalidade neoliberal. O reforço desses valores contribui para a constituição de um tipo específico de

¹ “Um número tão grande de jovens que vivem em países em desenvolvimento representa grandes oportunidades, mas também riscos” (tradução nossa). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2006/09/16/urgent-need-invest-more-developing-worlds-record-youth-population-says-world-development-report> Acesso em: 10/03/2022.

subjetividade, mais adaptável à insegurança característica do mercado e com uma visão individualista e ultraliberal de mundo. A super positivação destes atributos fizeram da juventude um adjetivo, o qual remete a qualidades valorizadas no cenário contemporâneo, independente da faixa etária (Pires, 2018; Peralva, 1997; Novaes, 2009).

Com efeito, os modos contemporâneos de se produzir governo sobre os jovens têm sido atravessados, cada vez mais, por essa imagem dupla e dúbia que representa a juventude como protagonista, seja dos problemas, seja das soluções das questões sociais, como bem remarcou o economista do Banco Mundial. Este texto se debruça sobre as regularidades e especificidades dos modos como se exerce esse governo sobre a juventude contemporânea e discute seus efeitos desiguais, seja em esforços de controlar, estimular ou reprimir, a depender do lugar social dos jovens em questão. Tal esforço analítico se ancora em anos de diálogo entre as autoras e suas pesquisas empíricas com e sobre jovens em contexto muito distintos.

De um lado, uma socióloga do trabalho estudando os trabalhadores da área de tecnologia, emblemática para a compreensão dos processos contemporâneos de flexibilização do trabalho. Através de pesquisa de campo, conduzida por meio de entrevistas e observação em espaços de trabalho, esta encontra a temática da juventude nos discursos sobre *geração Y* e *millennials* e na exaltação daquelas que seriam suas qualidades (criatividade, adaptabilidade, domínio da tecnologia, versatilidade) para o capitalismo pós III Revolução Industrial (Lima; Pires, 2017; Pires, 2018). De outro lado, uma socióloga urbana, realizando etnografia em favelas brasileiras buscando entender as formas estatais de gestão da pobreza, que combinam repressão e cuidado, sobretudo através de projetos sociais destinados a jovens considerados vulneráveis. A juventude se apresenta como categoria central nos planos e debates sobre segurança pública, sendo os jovens pobres considerados os principais agentes e vítimas da violência (Motta, 2021).

Mesmo estudando experiências muito distintas, sempre nos víamos discutindo temas e dados analiticamente convergentes. Foram exatamente a

diferença temática entre nossas pesquisas e o contraste do posicionamento social de nossos interlocutores que nos colocaram em diálogo. Enxergamos neste ponto de encontro uma entrada privilegiada para pensar sobre os modos de governo sobre as juventudes contemporâneas no que se refere às suas recorrências e especificidades. É preciso destacar, no entanto, que, apesar de reconhecermos a existência de um modelo idealizado de juventude que atravessa processos e relações nos dois casos analisados, há diferenças entre eles, sobretudo em relação aos propósitos envolvidos. Os projetos sociais efetivamente visam a formação dos jovens, enquanto nas empresas há esforços e técnicas de produção de engajamento dentro de culturas empresariais específicas, mas não há o objetivo de formar os trabalhadores jovens a partir de metodologias pedagógicas.

Para além das diferenças e especificidades, interessa-nos analisar, simultaneamente, o quadro geral que marca o governo desta geração de jovens e descrever a desigualdade de seus efeitos concretos sobre diferentes grupos de jovens. Nesse sentido, importa, por um lado, a noção de geração, na medida em que se refere a um conjunto de pessoas que se constituem enquanto sujeitos em um determinado contexto histórico, político, cultural, social e econômico (Mannheim, 1982); e, de outro lado, a noção de juventudes, no plural, que nos permite olhar para as clivagens, diferenças e desigualdades entre os jovens contemporâneos.²

Nesse espírito, iniciamos o texto apresentando os dois contextos de pesquisa, o das empresas de tecnologia e o dos projetos sociais em comunidades pobres. Por um lado, o intuito é colocar em evidência a capilaridade e a potência dessa representação hegemônica sobre a juventude. Por outro, destacamos que, ao atentarmos para o recorte de

² No esforço de incorporar a diversidade de experiências juvenis, assistimos, nas últimas quatro décadas, ao fortalecimento de ideias como culturas juvenis (Pais, 1990; Diógenes, 2013, Abramo, 1994) e juventudes (Novaes, 2009; Filardo, 2009; Ferreira, 2008), no plural. Especialmente a partir dos anos 1980, coloca-se em relevo exatamente a heterogeneidade de experiências de ser jovem em um mesmo momento histórico. Marcadores como classe, raça, gênero, sexualidade, local de moradia, nacionalidade, engajamento político passam a atravessar o debate sobre a juventude (ou as juventudes) (Carrano, 2007; Novaes, 2009).

classe, podemos observar efeitos muito distintos dessa mesma representação, que se reflete em altos níveis de exigência, instabilidade e problemas de saúde mental no caso dos jovens de *startups*, e em ações de repressão e violência no caso dos jovens de favelas, especialmente os negros. Em seguida, discutimos como a noção de *protagonismo juvenil* atravessa esses esforços de governo das juventudes e, em certa medida, materializa a representação contemporânea hegemônica de juventude, marcada pelos atributos de criatividade, empreendedorismo, adaptabilidade etc. Na terceira parte, discutimos como essa grade geral de inteligibilidade e as desigualdades dela decorrentes se reificam em e funcionam através de categorias abstratas e homogeneizadoras, como as noções de *millennials* e *juventude vulnerável*.

Modulações e aproximações nos governos de juventudes

As startups e as experiências dos jovens profissionais de tecnologia

De maneira geral, o setor de tecnologia da informação é composto por trabalhadores jovens, brancos, do sexo masculino, de origem de classe média e elevado nível de escolarização (Softex, 2009). O setor de TI se fortalece em um contexto de flexibilização das relações de trabalho, demandando um perfil de trabalhador muito adaptável em termos de contrato, jornadas e espaços de trabalho, que tenha habilidades de comunicação, intimidade com novas tecnologias e facilidade para aprender e se atualizar, além de apresentar gosto por riscos e desafios, devendo mostrar-se criativo e inovador (Pires, 2018).

Todas essas características e exigências se mostram de forma ainda mais contundente entre os jovens profissionais que atuam em empresas do tipo *startup*³. Este tipo de negócio está imerso em um ambiente em que arriscar-se é a palavra de ordem e no qual a permanência ou a estabilidade

³ Não existe uma definição única e precisa sobre o que é uma *startup*, mas, de forma geral, é compreendida como uma empresa com um modelo de negócios que seja repetível e escalável, voltada a criar produtos e serviços inovadores em um cenário de extrema incerteza (Ries, 2012).

é vista de maneira negativa. Uma das pesquisas que apresentamos neste texto foi realizada junto a *startups* e empresas de tecnologia que compõem o chamado “ecossistema de empreendedorismo tecnológico” da cidade de São Carlos-SP, muitas das quais se situam em espaços de trabalho compartilhado (*coworking*).⁴ O estudo foi conduzido a partir de entrevistas semiestruturadas junto a profissionais da área de tecnologia da informação e de observações do cotidiano de trabalho, com registros em diário de campo. Foi possível perceber, nesses espaços, muitos discursos, referências e práticas que reforçam a ideia da instabilidade positiva e que fortalecem uma “cultura do risco”.

Essa cultura é moldada com inspiração no Vale do Silício. Este, mais que um território de origem de várias empresas bilionárias de tecnologia, é uma matriz de tradições, crenças e práticas (Slee, 2017), engendrando um *espírito* (Sadin, 2018). Tal cultura se materializa, em primeiro lugar, nos próprios espaços de trabalho, que simulam a *estética Google* através de suas paredes coloridas, das salas de jogos, das grandes mesas compartilhadas, das paredes transparentes, dos lanchinhos gratuitos e das frases motivacionais do tipo “a vida começa onde termina sua zona de conforto” (Pires; Alves, 2020). O ambiente descontraído e lúdico, com diversos atrativos, gera motivação, engajamento e produtividade, favorecendo também as conexões.

Nesse ambiente lúdico e informal, os ideais do compartilhamento, da liberdade e da ausência de hierarquias são fortalecidos. O controle sobre esses trabalhadores não se realiza de forma direta e ostensiva, mas através de metas e resultados, de forma que existe aparente *autonomia* para trabalhar da forma como quiserem. É também o discurso da autonomia e da liberdade que informa uma percepção, em muitos casos, de que “não tem como ter estabilidade e inovação junto, o cara tem que arriscar, tem que correr risco para estar na frente de projetos inovadores”, como nos

⁴ Escritórios de *coworking* são espaços de trabalho compartilhado. Em geral, oferecem infraestrutura para o trabalho (mobiliário e internet), concentrando diferentes tipos profissionais e empresas, proporcionando um ambiente criativo e flexível e favorecendo a articulação de redes, a partir da troca de informações, conhecimentos, serviços, com base em uma lógica de colaboração e compartilhamento.

explica um desses profissionais. Isso fundamenta a ideia de que a legislação trabalhista é ultrapassada e limita o potencial das empresas *inovadoras*, e de que sindicatos não se aplicam a esses profissionais e ao tipo de atividade que realizam – intelectual e vista como colaborativa. Fundamenta, ainda, a crítica (implícita ou explícita) à dependência do Estado. Trata-se, portanto, de um percurso profundamente individual, em detrimento dos referenciais e projetos coletivos que já pautaram a ideia dos direitos associados ao trabalho. No limite, não são empregados, mas encarnam toda a lógica e retórica empreendedora e, assim, a ideia de segurança vai ganhando contornos negativos e a falta de estabilidade é compensada pelo ideal de liberdade (Pires, 2021).

Esta cultura presente nas *startups* produz, dessa maneira, referências e informa os projetos de futuro dos jovens profissionais. O discurso abrangente e motivador nesse universo, presente não apenas nas empresas, mas em eventos como *hackathons* ou maratonas de programação, dá-se em torno de uma perspectiva de “mudar o mundo”, a qual vem sendo internalizada pelos trabalhadores, produzindo condutas específicas no trabalho (Zanon, 2019). O discurso dos jovens entrevistados nas *startups* demonstra que seu horizonte, isto é, aquilo que justifica seus esforços, é a possibilidade de desenvolver um produto ou serviço que irá “mudar o mundo”, “revolucionar a forma como vivemos”, o que vai justamente na direção do discurso do *protagonismo juvenil*, segundo o qual o jovem, enquanto ator e objeto das políticas e iniciativas, deve retribuir, trazendo uma contribuição mais ampla para a sociedade. Esse argumento “moral” também está pautado em um modelo de conduta inspirado no Vale do Silício.

Esses “super-heróis” imberbes, como diz Sadin (2016), vestindo bermudas e chinelos “encarnam a eterna juventude do capitalismo e insuflam uma cura de rejuvenescimento ao mundo inteiro”, expoentes de uma nova utopia pautada na proposta de “inventar o futuro” (Sadin, 2018, p. 26). O referencial de sucesso é Mark Zuckerberg, que teve uma ideia profundamente inovadora e fundou o Facebook. Vale notar que a ênfase discursiva não está no retorno financeiro de possuir uma empresa

do porte e lucratividade do Facebook, mas na convicção de “mudar o mundo”. Para o indivíduo que assume esse compromisso, todos os esforços e sacrifícios se justificam. Assim, para este *sujeito neoliberal* (Dardot; Laval, 2016), ou *sujeito de desempenho* (Ehrenberg, 2010), realização pessoal e sucesso profissional são inseparáveis, justificando seu total engajamento na atividade que desenvolve.

Observamos, portanto, como os principais atributos positivos e desejáveis associados à juventude contemporânea estão presentes entre esses jovens profissionais. Dispondo de diversos capitais, não necessariamente econômicos, mas também educacionais, relacionais e culturais, eles têm aquilo que é necessário para serem a juventude entendida como solução, aquela que, potencialmente, irá “mudar o mundo”.

Os projetos sociais para jovens periféricos

Se os jovens trabalhadores de *startups* seriam uma espécie de concretização do modelo das expectativas e demandas decorrentes da representação contemporânea hegemônica da juventude, os jovens pobres moradores de periferias seriam aqueles que precisariam adquirir esses atributos. Tal lógica, além de obliterar dimensões estruturais relacionadas à desigualdade e acesso a direitos, vai ganhar contornos ainda mais específicos, no caso de jovens pobres de periferias brasileiras, se considerarmos os deslocamentos recentes do conflito urbano brasileiro.⁵ Com efeito, nas últimas três décadas, o conflito urbano teve seu cerne radicalmente deslocado do problema da integração das classes trabalhadoras para a questão da violência que emanaria dos territórios pobres (Feltran, 2014; Machado da Silva, 2010; Motta, 2021). Tal deslocamento tem implicado uma radicalização da alteridade, na medida em que a pobreza e os pobres passam a ser entendidos e representados como sinônimo de marginalidade, criminalidade e fonte da violência (Motta, 2019).

⁵ Sobre os deslocamentos na figuração do conflito urbano brasileiro ver: Machado da Silva (2010); Feltran (2014); Motta (2019).

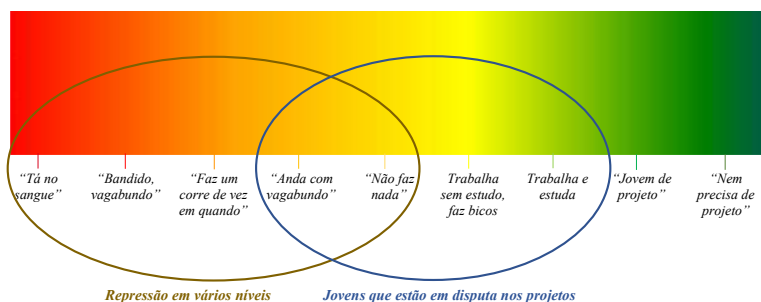
Nessa representação sobre o conflito urbano, uma categoria ocupa lugar central: a *juventude vulnerável*, mobilizada referir jovens moradores de periferias urbanas. De fato, este grupo tem sido cada vez mais associado a atividades e grupos criminais e entendido como fonte e causa da violência dos centros urbanos. Consequentemente, a *juventude vulnerável* tem se tornado o alvo privilegiado de ações de prevenção à violência, como projetos sociais, mas, também, daquelas de repressão, conforme fica evidente nos perfis dos presos e dos mortos pela polícia no país.

Os dois projetos sociais acompanhados em etnografia – observação participante e entrevistas em profundidade – na favela Cidade de Deus, Rio de Janeiro, inserem-se nesse contexto. Um deles é o Centro de Referência da Juventude (CRJ), programa do governo do estado do Rio de Janeiro cujo objetivo era oferecer cursos e atividades a jovens de comunidades consideradas vulneráveis. No caso da unidade da Cidade de Deus, a maior parte das atividades oferecidas no momento da pesquisa eram ministradas por policiais cedidos da Unidade de Polícia Pacificadora. O segundo projeto acompanhado foi o Caminho Melhor Jovem (CMJ), parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o governo estadual, cujo foco era atender individualmente jovens de comunidades onde haviam sido implementadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), para orientá-los na construção de seus projetos de vida.

Em pesquisa junto a esses projetos sociais, pudemos observar como o esforço de governar essa *juventude vulnerável* e os supostos riscos que poderiam trazer para a sociedade era atravessado pela imagem idealizada de juventude, esperando que esses jovens fossem resilientes, mas não acomodados; inovadores, mas não disruptivos; agentes da transformação, mas via empreendedorismo. Em um esforço de síntese, foi possível observar como a noção de vulnerabilidade é mobilizada para classificar os jovens pobres segundo diferentes perfis, como mostra a figura 1. O pressuposto é que maiores níveis de vulnerabilidade significam maior proximidade ou risco de se aproximar de atividades criminais, ao passo que níveis de

vulnerabilidade mais baixos indicariam maior disposição a “escaparem” das dificuldades impostas pelo contexto em que vivem.

Figura 1. Síntese das classificações dos policiais-professores sobre os jovens



Fonte: Motta, 2021.

Para os três perfis mais à esquerda do espectro – “Tá no sangue”, “Bandido” e “Fazem um corre de vez em quando” – as ações adequadas seriam de repressão, em diferentes níveis de intensidade. No extremo, trata-se de combater, “de tiro, porrada e bomba” e, dependendo da situação, “matar para não morrer”, como diziam os policiais-professores. Depois, temos esforços que podem utilizar medidas mais brandas, ainda que violentas: “sustos” e “lições” (entenda-se: agressões e abusos, como colocar no carro da polícia e ficar dando voltas, realizar uma revista mais “rigorosa”, fazer ameaças, “dar uns tapas”).

Caminhando para a direita do espectro, os perfis “anda com vagabundo”, “não faz nada”, “trabalha sem estudo, faz bicos” e “trabalha e estuda” compõem uma região que podemos chamar de intermediária (delimitada pelo círculo azul), onde estão localizados jovens vulneráveis em situações que requerem certa atenção. Assim como há chances de que escapem e encontrem o “caminho certo”, também é possível que escolham o “caminho errado”, a depender das companhias e das contingências da vida (desemprego, doença,

morte na família). A atenção especial aos jovens deste perfil se materializa de formas diversas, podendo ser uma fala ou ato agressivo, de incentivo ou de aconselhamento.

Na ponta direita do espectro estão os jovens de projeto e os que não precisam de projeto,⁶ Os jovens de projeto são o tipo ideal de vulneráveis, os que escolheram o “caminho certo” e para os quais é preciso apenas prevenção, ou seja, ação social. Os jovens que não precisam de projeto são aqueles que têm condições financeiras, apoio e exemplos na família para seguir estudando ou, ainda, aqueles que, por caminhos próprios ou por intermédio de outros projetos, “escolheram” superar as adversidades e melhorar suas condições de vida.

Para nossa discussão aqui, interessa sublinhar que, no limite, os perfis extremos deixam entrever a visão da juventude como problema e como solução para os males sociais. Aqueles considerados mais vulneráveis, sejam entendidos como mais perigosos ou como expostos a condições sociais mais precárias,⁷ estariam mais distantes dos atributos positivados e desejados sobre a juventude atualmente, enquanto os menos vulneráveis seriam aqueles que incorporaram esses atributos e se aproximam da imagem idealizada e esperada da juventude.

Como desdobramento de classificações como esta, temos que, no caso dos jovens pobres, estreitamente associados ao problema da violência, aqueles que não obtiveram “sucesso” ou se engajaram em atividades criminais são considerados como aqueles que não “escolheram” ser protagonistas na transformação de sua vida e da comunidade. São os que “escolheram” o caminho errado e, por isso, passam a ser um inimigo, em potencial ou real, a ser combatido. Decorreria desse encadeamento simplista a demanda e a

⁶ Jovens de projeto não é uma categoria êmica, mas uma expressão presente nas análises de Tommasi e Velazco (2013) sobre os jovens engajados em projetos e ONG, considerados modelo do que deveria ser um jovem de favela.

⁷ Em outra oportunidade (Motta, 2021), discutimos como a *vulnerabilidade* é mobilizada para referir uma diversidade de situações: privação e carência material e financeira; relações familiares deterioradas, chamadas *desestruturadas*; envolvimento, direto ou de familiares, em atividades ligadas ao crime; um problema cognitivo.

legitimação da intensificação da violência como forma de atuar junto aos jovens vulneráveis envolvidos em atividades criminais.

Aproximando realidades a partir da noção de *protagonismo juvenil*

Ao lançamos luz sobre esses dois casos, queremos iluminar o fato de que, a despeito das diferenças e desigualdades que atravessam as experiências juvenis de jovens de *startups* e jovens de periferias, há uma convergência nas formas de governar esses sujeitos jovens. Em ambos os contextos, podemos observar uma representação específica e hegemônica de juventude em operação. Essa representação, como mencionamos, apresenta a juventude como inerentemente criativa, flexível, conectada, inovadora, autônoma e empreendedora.

Observamos um grande paradoxo: por um lado, já há algum tempo, a juventude tem sido identificada como a fase associada a *problemas sociais*, como a criminalidade, delinquência, violência, consumo de drogas (Pais, 1990; Abramo, 1997). Entretanto, tal associação não é homogênea entre todos os jovens (Chouhy *et al.*, 2009), porque os jovens perigosos têm classe social e, acrescentaríamos, uma raça bem definida. Por outro lado, os jovens passam a ser cada vez mais valorizados nas últimas décadas, sendo convocados a assumir um protagonismo na sociedade.

Mas não se trata de um paradoxo. Ao colocarmos os jovens de *startups* e os jovens de projeto lado a lado, fica evidente como discursos comuns, que atravessam diferentes esforços de governo de distintas experiências juvenis, produzem efeitos muito desiguais, a depender de cada contexto e, no limite, do posicionamento social de cada jovem. Sem dúvida, como uma ampla literatura da sociologia do trabalho tem demonstrado, os jovens tomam como natural (e muitas vezes positiva) a instabilidade e a insegurança, uma vez que foram forjados como sujeitos em um mundo em que esses referenciais são demandados. Ser demandado, viver e trabalhar nesse mundo impõem dificuldades específicas e novas para os jovens desta geração.

Entretanto, quando essas demandas e dificuldades impostas pelo novo mundo do trabalho se somam à pobreza, à falta de acesso a direitos e à associação de sua imagem à violência, os efeitos dessa responsabilização individual se tornam mais dramáticos. E mais do que isso, ao invisibilizar as diferenças entre perfis de jovens, reforça-se a ideia de que apenas sendo mais criativos, empreendedores e inovadores, como os jovens de *startups*, os jovens de periferias poderiam sair da condição de pobreza, transformando suas próprias vidas e a da comunidade em que vivem.

Ou seja, essa responsabilização individual se materializa de modos muito desiguais entre os diferentes perfis de jovens, indo do incentivo ao empreendedorismo à letalidade policial, como os dois casos em tela evidenciam. Em um polo, os jovens das *startups* apresentariam os atributos desejáveis por uma representação dominante de juventude, sendo constantemente motivados a se engajar no trabalho e a assumir uma conduta empreendedora, permeada pela mobilidade permanente e cujo horizonte é “mudar o mundo”. No polo oposto, os jovens da Cidade de Deus são classificados, governados e punidos a partir de critérios oriundos dessa mesma representação hegemônica sobre a juventude.

Essa espécie de *polarização complementar* está diretamente relacionada à entrada da juventude no debate internacional e à forma como se consolidou essa agenda política no final dos anos 1980. É a partir desse momento que a juventude, enquanto um segmento populacional específico e sujeito de direitos particulares, ganha relevância. Passamos a assistir ao crescimento de demandas e ações específicas para esse grupo, à proliferação, por exemplo, de índices de vulnerabilidade juvenil, de qualidade de vida juvenil, de mortalidade juvenil, não só por parte de organismos estatais, mas também de ONGs, projetos sociais e organismos internacionais multilaterais. Paralelamente, os movimentos sociais vêm fortalecendo suas demandas e agenda no sentido de denunciar, por exemplo, o genocídio da juventude negra pobre. Na academia, é também na década de 1990 que a temática da juventude volta a ganhar relevância.

Importante observar que essa incorporação da juventude como uma questão social e política relevante se dá em um contexto de reestruturação capitalista, de retirada de direitos sociais e de fortalecimento de uma lógica meritocrática e individualizante. Souza (2009) sugere que a noção de *protagonismo juvenil* materializou e permitiu operacionalizar esse novo modo de compreender a juventude e pensar formas de intervir sobre ela muito convergentes com este contexto. De fato, o que assistimos neste momento é uma espécie de *confluência perversa* (Dagnino, 2004), em que os debates sobre autonomia, participação social e cidadania ativa, incorporados pela lógica neoliberal, marcam o modo como a juventude, enquanto problema, vai sendo construída.

Nesse modo de pensar e intervir sobre a juventude, o jovem é visto como objeto das políticas (com demandas e direitos específicos), ao mesmo tempo que é considerado, ao menos discursivamente, como agente das transformações sociais e individuais a serem realizadas. Assim, o jovem deve ser destinatário/beneficiário de políticas já formatadas para ele e participante ativo na implementação das mesmas. Espera-se uma espécie de *contrapartida* do jovem, que, por ser beneficiário, deve entregar algo para a sociedade em retribuição. O desdobramento desse pressuposto é claro: o jovem se torna ator estratégico em seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento da sua comunidade, ou até mesmo da sociedade como um todo (Souza, 2009).

À medida que esse modo de pensar a juventude se consolida, os jovens e a juventude vão sendo tomados como objetos do discurso do *protagonismo juvenil*, mas seriam objetos que incorporam (ou deveriam incorporar) o próprio discurso. Ou seja, a distinção entre discurso e objeto vai desaparecendo, e essas características positivadas (protagonismo, autonomia, participação ativa) passam a ser vistas como atributos intrínsecos à juventude, isto é, juventude passa a ser sinônimo de *protagonismo juvenil*. É nesse sentido que a ideia de *protagonismo juvenil* tem permitido que a juventude seja encarada como saída ou causa dos problemas e, assim, os jovens sejam responsabilizados individualmente por seus fracassos e sucessos.

Tal representação hegemônica sobre a juventude, que vem se construindo nas últimas décadas, é reforçada, incorporada e naturalizada socialmente através de categorias específicas, mobilizadas constantemente pela mídia, pelo discurso empresarial, pelos gestores públicos, pelo terceiro setor e outras vozes da sociedade, como é o caso da geração Y ou *millennials*, por um lado, e *juventude vulnerável* e *juventude violenta*, por outro.

Categorias como forma de essencializar juventudes e produzir realidades

A pesquisa com os jovens profissionais de tecnologia foi impulsionada pela visibilização da categoria *millennials* nos últimos anos – também chamada geração Y. Ela seria formada por pessoas nascidas entre 1980 e 1999, aproximadamente. Apresentada na mídia e na literatura empresarial como significativamente distinta das gerações anteriores, seria marcada pela flexibilidade, criatividade, facilidade em lidar com novas tecnologias, autonomia, proatividade, entre outros qualitativos, atributos que a aproximariam muito da concepção hegemônica de juventude que temos salientado. Em primeiro lugar, a própria noção de “geração”, mobilizada dessa forma, precisaria ser questionada, uma vez que produz uma generalização em relação a atributos que estariam necessariamente presentes entre indivíduos de uma determinada faixa etária. Além disso, tais atributos são artificialmente agrupados e reforçados, segundo os interesses da cultura empresarial vigente, sendo tal perfil não alcançável pela maior parte dos jovens enquadrados. No entanto, embora a geração Y não passe de uma representação de juventude pouco generalizável na realidade concreta, tem uma eficácia prática, orienta condutas e cria um horizonte de expectativas, legitimando, por exemplo, uma inserção mais precária e insegura no mercado de trabalho, a partir da reconfiguração discursiva da flexibilidade, do risco e da instabilidade como elementos positivos e que favorecem a criatividade (Pires, 2018).

Algo semelhante, porém em um polo inverso, acontece com a categoria de *juventude vulnerável*. Desde o início dos anos 2000, a noção de vulnerabilidade se consolida como forma de referir à pobreza: *territórios vulneráveis, famílias vulneráveis, crianças vulneráveis, jovens vulneráveis*. Essa categoria permite um deslizamento entre os conteúdos associados à representação predominante de pobreza, que vai dos problemas sociais, passa pela responsabilização individual e chega à questão da violência (Motta, 2021). Portanto, não é coincidência o fato de a vulnerabilidade ser a categoria que perpassa classificações feitas em projetos sociais sobre a juventude pobre de favelas em geral. A recorrência da categoria *juventude vulnerável* no cotidiano dos projetos sociais sinaliza uma forma de pensar o jovem pobre no centro dos problemas que a pobreza supostamente traria: desordem, disrupção, violência, ainda que em níveis de risco variados.

Dessa forma, seja reforçando a “positividade” das noções de *millennials* e *geração Y*, seja destacando a “negatividade” por trás das noções de *juventude vulnerável* e *juventude violenta*, o mesmo modelo de ideal de juventude é reforçado. Ou seja, falar de *geração y* ou *millennials* para referir os jovens de *startups* faz muito mais sentido quando, ao mesmo tempo, falamos de *juventude vulnerável* e *juventude violenta* ao referir os jovens pobres. E vice-versa. Cada um dos perfis funciona como exemplo e contraexemplo do que seria seu suposto oposto simétrico. Nessa perspectiva, mais do que excludentes, essas representações em torno de diferentes perfis de jovens operam como um duplo: o que supostamente faltaria em um perfil, estaria no outro, como em um espelho, em que a imagem é a mesma, mas a lógica é invertida.

Esse espelhamento se expressa também na concepção de *juventude nem nem* e *sim sim*. A juventude *nem nem* seria formada por aqueles que nem estudam, nem trabalham, o que se relaciona, tanto aos contextos de inserção no âmbito familiar, escolar e do mercado de trabalho quanto às trajetórias individuais (Cardoso, 2013). A categoria *nem nem* é uma versão

do termo NEET (*not in education, employment, or training*), utilizado amplamente na bibliografia internacional. É interessante perceber como vem sendo mobilizada como categoria concreta nas pesquisas e levantamentos sobre mercado de trabalho, como se os sujeitos por ela compreendidos fossem facilmente identificáveis e inconfundíveis, isto é, são essencializados. Por exemplo: segundo dados das Nações Unidas, um em cada cinco jovens no mundo estavam na condição NEET; de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgados em 2019,⁸ um em cada quatro jovens estaria na condição *nem nem* no Brasil. Mas se pensarmos, sobretudo no contexto brasileiro, que a lógica da viração sempre esteve presente e integra nossa cultura, como falar em indivíduos que nem estudam, nem trabalham? A não inserção regular em atividades de trabalho formal, informal ou em algum tipo de escolarização formal não significa que esses jovens não desenvolvam estratégias de sobrevivência pautadas em atividades de trabalho eventuais, entre o formal, o informal e o ilegal, pontuadas por tipos de formação e atualização que escapam à lógica da escolarização tradicional.

Como vários estudos apontam, a categoria *nem nem* carrega um julgamento de valor, como se os jovens que estão nessa condição, em geral mais pobres e menos escolarizados, não quisessem trabalhar. No caso das mulheres, especialmente, há ainda a questão do não reconhecimento das atividades domésticas e de cuidado como trabalho. Desse modo, a categoria reforça uma lógica que responsabiliza os indivíduos e oculta desigualdades estruturais de acesso à educação e ao trabalho (Silva, 2016; Corrochano *et al.*, 2018). Mas, para “comprovar” a existência dos *nem nem* é que se cria a imagem dos *sim sim*, que representariam seu oposto complementar. A ideia de *sim sim* também se materializa em outras denominações, como *trendsetters*, *techsetters* e *prosumidores* (Canclini,

⁸ <https://exame.abril.com.br/brasil/23-dos-jovens-brasileiros-nem-estudam-nem-trabalham-revela-ibge/> Acesso em: 05/10/2021.

2012).⁹ Os *sim sim* seriam aqueles que, não só estudam e trabalham, como também produzem, gerem e se organizam de forma flexível e multitarefa (Biecci; Cobos, 2012). Utilizando bem a velocidade e a mobilidade, tornam-se o modelo cultural contemporâneo. Implicitamente, a categoria *sim sim* transmite a ideia de que alcançar tal modelo é apenas uma questão de escolha e iniciativa individual.

Categorias supostamente opostas, como *millennials* v. *jovens vulneráveis* e *sim sim* v. *nem nem* se produzem e se reforçam mutuamente pois, sendo idealizadas, como nossos casos bem demonstram, operam através de homogeneizações, criando estereótipos e rotulando, sem considerar a diversidade no interior desses “grupos” e desconsiderando as distintas condições de acesso à informação e a capitais financeiros, educacionais, culturais, relacionais. Tudo isso dentro de uma lógica meritocrática que, implicitamente, constrói a linha de raciocínio de que, se o menino da periferia “se esforçar muito”, “correr atrás dos seus sonhos”, “não se acomodar”, ele poderá ser como os jovens “promissores” das *startups*. Da mesma forma, é possível associar certos jovens – homens, brancos, escolarizados e de classe média – a certas características atribuídas aos *millennials*; bem como é possível tratar dos jovens negros, pobres e moradores de favelas como jovens vulneráveis, remetendo ao perigo que decorreria desta condição. Desse modo, toma-se a parte pelo todo e constroem-se pares que figuram na representação hegemônica como pares de oposição.

É exatamente por serem apresentados como modelo ideais e idealizados das experiências juvenis que essas noções podem justificar

⁹ Os *trendsetters* ou “criadores de tendências” seriam empreendedores culturais: aprendem os ofícios enquanto trabalham e de forma extracurricular, estudam e trabalham ao mesmo tempo, atuam de modo independente e sob diferentes regimes de contratação, com habilidades e competências tecnológicas superiores à média da população, estão sempre conectados e inseridos em todas as redes sociais, usuários e criadores de conteúdo ao mesmo tempo (Pozo, 2012). Os *techsetters* também seriam jovens de classe média urbana que propõem tendências inovadoras, gerando novas conexões sociais, produtos culturais, estilos de vida e trabalho, fazendo uso das tecnologias da informação. Os prosumidores seriam não os empregados da empresa, os consumidores passivos, mas os jovens criativos, colaboradores-amigos-sócios, *freelancers* (Gutiérrez, 2012).

o sentido uma da outra. Ao ignorar as nuances das experiências concretas, essas categorias terminam por criar perfis homogêneos e opostos de juventude. Se a definição genérica e estereotipada desses perfis de jovens é imprecisa do ponto de vista analítico e conceitual, ela é precisa do ponto de vista político. De um lado, temos a carga positiva, associada às representações hegemônicas de juventude que se referem aos *millennials*, aos *sim-sim*. De outro, temos uma carga valorativa negativa atribuída aos pobres, vulneráveis e, por isso, perigosos. Nesse sentido, essas categorias reificadas, ao nomearem certos sujeitos, exaltarem ou censurarem certas características, produzem realidade (Motta, 2019) ao produzirem modos de subjetivação e de governo sobre os jovens.

Considerações finais

A partir de duas experiências concretas muito distintas, buscamos demonstrar que há um conjunto de valores que perpassa as experiências juvenis, mas que se manifesta de modos muito diferentes a depender dos grupos juvenis observados. Esse conjunto de valores vem se consolidando a partir do processo de reestruturação capitalista que se inicia nos anos 1970, envolvendo: a compressão tempo-espacial (Harvey, 2008), que modifica as relações sociais; as mudanças aceleradas da tecnologia, que estabelecem novas temporalidades e formatos para os engajamentos no trabalho, mas também atingem a esfera privada e afetiva (Miskolci, 2016; Feixa, 2014); o modelo da empresa se torna o indexador das relações sociais e políticas (Foucault, 2008). A partir dessas mudanças, emergem discursos e práticas pautados em uma lógica profundamente individualizante e mediada pelo empreendedorismo, noção que ganha uma conotação essencialmente positiva.

A saída individual e manifesta no louvor ao empreendedorismo, o que está profundamente vinculado a uma racionalidade neoliberal dominante e pervasiva (Dardot; Laval, 2016), orienta condutas e produz subjetividades alinhadas a relações de trabalho cada vez mais inseguras e flexíveis quando

olhamos para os jovens profissionais de TI. Na mesma chave, o caminho para o sucesso ou para a superação de uma condição desfavorável de partida, no caso dos jovens das periferias pesquisadas, também passa exclusivamente pelo empenho individual e pela via empreendedora, seja ela a da “empresa de si” ou do “empreendedorismo social”. De todo modo, apagam-se questões estruturais e se fortalece o discurso da retração do papel social do Estado e dos direitos sociais, enquanto projetos e horizontes políticos coletivos são rejeitados. É justamente esse referencial, com ênfase no indivíduo e na autorresponsabilização, que fundamenta a ideia de protagonismo juvenil.

Assim, partimos da reflexão sobre o que há de comum na experiência de ser jovem na contemporaneidade, o que se relaciona com a discussão em torno da ideia de *geração*, porém esta se cruza com a noção de *juventudes*, na medida em que buscamos ressaltar o que há de específico e desigual nas experiências concretas. Embora a lógica dominante seja a mesma, as formas de lidar com os diferentes grupos juvenis são muito distintas, passando pelo incentivo, motivação e engajamento em um dos casos e, no outro, por uma linha que vai dos projetos à letalidade policial.

Assim, do ponto de vista teórico, convergimos com Margulis e Urresti (1996) ao assumirem o desafio de não considerar apenas os critérios biológicos de idade para definir juventude, nem, por outro lado, apenas os critérios sociais ou culturais. Nesse sentido, os autores propõem as noções de *moratória vital* e *moratória social*. A moratória vital refere-se a uma espécie de crédito temporal, “capital energético” comum a todos os jovens. Já a moratória social refere-se às desigualdades em termos de possibilidade concreta de uso do tempo e do dinheiro nesse referido período de crédito temporal. Os jovens de estratos sociais privilegiados têm a possibilidade de desfrutar de modo mais completo e complexo o crédito temporal característico da juventude (moratória vital), além de poderem estender essa fase da vida – “não jovens juvenis”. Por outro lado, os jovens de camadas pobres teriam sua moratória social bastante reduzida, tendo

em vista suas obrigações familiares e sua entrada precoce no mercado de trabalho, sendo, no limite, “jovens não juvenis”.

Nessa perspectiva, operamos três recortes simultâneos e cruzados em nossa análise: o de geração, o de juventude e o de classe. Argumentamos que olhar para a abrangência e a difusão de um referencial de mundo pautado no empreendedorismo e na lógica meritocrática permite, precisamente, compreender seus efeitos concretos e desiguais para esta geração, na qual indivíduos se constituem como sujeitos em um momento histórico em que este quadro já era hegemônico. Sem ignorar que marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, local de moradia, dentre outras, influenciam as experiências de ser jovem no momento presente, defendemos que o recorte de classe (ou econômico) tem um valor heurístico para compreender os efeitos desiguais do capitalismo contemporâneo sobre a geração atual de jovens.

Portanto, o modelo de juventude que se torna referência na atualidade não é aleatório, mas fundado nessa lógica de responsabilização individual, ao mesmo tempo que a reproduz. Por isso, faz-se plausível o discurso de que todo e qualquer jovem pobre favelado pode tornar-se o jovem inovador que vai mudar o mundo, pois isso não estaria relacionado a condições estruturais, mas à iniciativa individual. Ou seja, a ideia de que “basta querer”. Nesse sentido, as categorias que têm sido mobilizadas para representar ou lidar com a juventude, como *millennials*, *juventude vulnerável*, *sim sim* e *nem nem*, apesar de serem apresentadas como “neutras” e representativas de condições e grupos concretos, mesmo com sua imprecisão analítica, são profundamente políticas, por serem permeadas por valores que legitimam e reforçam essa lógica pouco solidária e coletiva de sociedade. Ao classificarem e enquadrarem os jovens, elas produzem realidades, têm um papel político ativo, produzindo verdade, saber, controle e governo sobre diferentes perfis de jovens.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento dos projetos cujos resultados apresentamos neste artigo. Processo 2013/22630-6 e processo 2013/24178-3.

Luana Motta é professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e coordena o NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas da UFSCar.

✉ luanadiasmotta@ufscar.br

Aline Pires é Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M) e líder do TRAMPO – Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Juventude, na UFSCar.

✉ alinepires@ufscar.br

Referências

1. ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
2. ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997.
3. BIECCI, Verónica; COBOS, Carla. La era de la colaboración. Mapa abreviado de nuevas estrategias artísticas. In: CANCLINI, N. G. et al. (org.). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Madrid: Fundación Telefónica; Editorial Ariel, 2012. p. 45-63.
4. CANCLINI, Néstor. Introducción. De la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes. In: CANCLINI, N. G. et al. (org.). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Madrid: Fundación Telefónica; Editorial Ariel, 2012. p. 3-24.
5. CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200006>
6. CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*, n.1, p. 55-67, 2007.
7. CHOUHY, Gabriel; AGUIAR, Sebastián; NOBOA, Laura. Las marcas de clase de la inseguridad ciudadana. Juventud y pobreza. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 25, p. 46-59, 2009.
8. CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena; ABRAMO, Laís. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 22, n. 36, p. 135-169, 2018.
9. DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedad*, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004.
10. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
11. DIÓGENES, Glória. Signos urbanos juvenis: rotas da piXação no ciberespaço. *Cadernos de Campo*, n. 22, p. 45-61, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v22i22p45-61>
12. EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.
13. FEIXA, Carles. *De la generación @ a la # generación: la juventud en la era digital*. Barcelona: NED, 2014.
14. FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>
15. FERREIRA, Vitor Sérgio. Ondas, cenas e microculturas juvenis. *Plural*, n. 15, p. 99-128, 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2008.75231>

16. FILARDO, Verónica. Juventud como objeto, jóvenes como sujetos. Apresentação. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 22, n. 25, p. 6-9, 2009.
17. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
18. GUTIÉRREZ, Enedina O. Aprendices, emprendedores y empresarios. In: CANCLINI, N. G. et al. (org.). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Madrid: Fundación Telefónica; Editorial Ariel, 2012. p. 109-130.
19. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
20. LIMA, Jacob Carlos; PIRES, Aline Suelen. Youth and the new culture of work: Considerations drawn from digital work. *Sociologia e Antropologia*, v. 7, n. 3, p. 773-797, 2017. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v735>
21. LIMA, Jacob Carlos; PIRES, Aline Suelen. Juventudes e a nova cultura do trabalho: considerações a partir do trabalho digital. In: LEITE, M. P. et al. (org.). *O trabalho em crise: flexibilidade e precariedades*. São Carlos: EdUFSCar, 2020. p. 105-130.
22. MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200006>
23. MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. (org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
24. MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.
25. MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.
26. MOTTA, Luana. Conhecer, classificar e intervir: práticas e discursos de policiais-professores sobre os jovens vulneráveis na Cidade de Deus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, p. 627-646, 2019.
27. MOTTA, Luana. *Fazer estado, produzir ordem: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável*. 1. ed. São Carlos: EduFSCar, 2021.
28. NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos: juventude, juventudes. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 22, n. 25, p. 10-20, 2009.
29. PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, p. 139-165, 1990. <https://www.jstor.org/stable/41010794>
30. PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 6, p. 15-24, 1997.
31. PIRES, Aline S. Juventude(s) e o trabalho na área de TI: uma discussão sobre o discurso da flexibilidade geracional. In: BRIDI, M. A. et al. (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora UFPR, 2018. p. 32-45.

32. PIRES, Aline Suelen. As novas configurações espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-SP. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 36, v. 106, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.1590/3610605/2021>
33. PIRES, Aline S.; ALVES, Edvaldo C. O digital e o local: os desenvolvedores de software em São Carlos (SP), João Pessoa e Campina Grande (PB). In: LIMA, J. C. (org.). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020. p. 263-291.
34. POZO, Maritza. De jóvenes contemporáneos: trendys, emprendedores y empresarios culturales. In: CANCLINI, N. G. et al. (org.). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Madrid: Fundación Telefónica; Editorial Ariel, 2012. p. 25-44.
35. RANGEL, Felipe. Problem and power: Informal commerce between repression and enterprisation. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, p. 183-192, 2019. <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.33>
36. RIES, Eric. *A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas*. São Paulo: Lua de Papel, 2012.
37. SADIN, Éric. *La siliconización del mundo: la irresistible expansión del liberalismo digital*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
38. SILVA, Mariléia da. Geração à deriva: jovens *nem nem* e a superfluidez da força de trabalho no capital-imperialismo. *Revista de Educação Pública*, v. 25, n. 58, p. 119-136, 2016. <https://doi.org/10.29286/rep.v25i58.2136>
39. SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.
40. SOFTEX. *Software e serviços de TI: a indústria brasileira em perspectiva*. Observatório SOFTEX. v.1, n. 1. Campinas, 2009.
41. SOUZA, Regina Magalhães de. *Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz*. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.
42. TOMMASI, Livia De; VELAZCO, Dafne. A produção de um regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 56, p. 15-42, 2013.
43. ZANON, Breilla Valentina B. *Não era amor, era cilada: startups, coworkings e a mobilização do desejo pelo mundo do trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12266>

Recebido: 13 jun. 2022.

Aceito: 18 fev. 2024.